
Trajória histórica da educação profissional no Brasil e o surgimento dos Institutos Federais

Historical trajectory of professional education in Brazil and the emergence of Federal Institutes

Aline Gonçalves Batista da SilvaORCID: <https://orcid.org/0009-0009-1364-7827>

Instituto Federal do Pará, Brasil

E-mail: aline.batista@ifpa.edu.br**Alexandre Augusto Cals e Souza**ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1424-5055>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: alexandre@ufpa.br**Francinei Bentes Tavares**ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1170-6538>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: francinei@ufpa.br**Afonso Welliton de Sousa Nascimento**ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2351-4683>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: afonsosn@ufpa.br

RESUMO

Neste artigo analisamos alguns aspectos históricos da política educacional para educação profissional no Brasil, buscando compreender o papel do Estado e da sociedade frente à implementação e operacionalização das ações e programas para as políticas públicas de educação profissional. Assim, o objetivo é examinarmos a trajetória histórica da educação profissional que levou ao surgimento dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia e seus benefícios para os cidadãos paraenses. No decorrer da história do Brasil e da efetivação do Estado Brasileiro mudanças no cenário educacional ocorreram constantemente. São apresentadas as efetivas contribuições do Estado e da Sociedade Civil para efetivação do Política de Educação Profissional e consequentemente da Rede Federal no Brasil. Em seguida se perpassa pela origem dos Institutos Federais e seus avanços no Governo de Lula e Dilma. A seguir destacam-se os fatos ocorridos em tempos atuais de desmonte da Rede Federal de Educação Profissional.

Palavras-chave: Política de educação profissional; História da educação; Instituto Federal do Pará.

ABSTRACT

In this article we analyze some historical aspects of educational policy for professional education in Brazil, seeking to understand the role of the State and society in the implementation and operation of actions and programs for public policies on professional education. Thus, the objective is to examine the historical trajectory of professional education that led to the emergence of the Federal Institutes of Education, Science and Technology and their benefits for the citizens of Pará. Throughout the history of Brazil and the implementation of the Brazilian State, changes in the educational scenario have occurred constantly. The effective contributions of the State and Civil Society for the implementation of the Professional Education Policy and consequently of the Federal Network in Brazil are presented. Then, it goes through the origin of the Federal Institutes and their advances in the Government of Lula and Dilma. Next, we highlight the facts that occurred in the current times of dismantling of the Federal Network of Professional Education.

Keywords: Professional education policy; History of education; Federal Institute of Pará.

INTRODUÇÃO

Neste artigo analisamos alguns aspectos históricos da política educacional para educação profissional no Brasil, buscando compreender o papel do Estado e da sociedade frente a implementação e operacionalização das ações e programas para as políticas públicas de educação profissional.

Assim, o objetivo é examinarmos a trajetória histórica da educação profissional que levou ao surgimento dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia e seus benefícios para os cidadãos paraenses.

A educação profissional no Brasil apresenta seus primeiros indícios através da educação não formal. Iniciada por meios das técnicas adotadas pelos primeiros povos, os indígenas. Posteriormente, no período de exploração e colonização as técnicas foram se aprimorando através da exploração do trabalho escravo.

No decorrer da história do Brasil e da efetivação do Estado Brasileiro mudanças no cenário educacional ocorreram constantemente. A seguir apresentaremos as efetivas contribuições do Estado e da Sociedade Civil para efetivação do Política de Educação Profissional e conseqüentemente da Rede Federal no Brasil.

Portanto, apresentamos a seguir a o surgimento da educação profissional perpassando pela relação de Estado por meio do conceito de Gramsci (2000) e conceitos de Políticas Públicas apresentados por Muller e Surel (2002). Em seguida perpassamos pela origem dos Institutos Federais e seus avanços no Governo de Lula e Dilma. A seguir destacamos fatos ocorridos em tempos atuais de desmonte da Rede Federal de Educação Profissional, os quais devem ser resistidos pela ação pública da população, pois os benefícios que os Institutos Federais possuem no Brasil e especificamente no Estado do Pará são inúmeros e estão destacados a seguir.

HISTÓRIA DO SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Os aspectos referentes a política educacional Brasileira, no formato que observamos atualmente, envolvendo particularmente a política de educação profissional, iniciou em países de economia capitalista com a intenção de suprir as demandas decorrentes do avanço da industrialização e do mercado consumidor. Com isso, em alguns

países onde o capitalismo havia alcançado o estágio avançado de crescimento, na segunda metade do século XIX, houve a necessidade por trabalhadores para manter a máquina produtiva, que resultou na criação de centros de treinamento, para formação de trabalhadores (BRYAN, 2008).

Entretanto, no Brasil a história da educação profissional apresenta seus primeiros indícios através educação não formal, desenvolvida pelos primeiros povos que habitaram nossa nação. Os mesmos eram indígenas, os quais foram os primeiros educadores de artes e ofícios para as áreas da tecelagem, de cerâmicas, artefatos de guerras, construções de casas, técnicas de cultivos e produção de medicamentos (MANFREDI, 2002).

Porém, após a chegada da frota portuguesa de Cabral no Brasil em 22 de abril de 1500, inicia-se um período de Conquista e Exploração do território. Posteriormente a partir de 1532 começa o período de Colonização do Brasil que perdurou entre os séculos XVI e XIX, o qual, parte dos índios foram submetidos à escravidão, assim como os negros, oriundos do continente africano. Os mesmos, trabalhavam em plantações de culturas agrícolas como a cana-de-açúcar e engenhos para o beneficiamento da referida cultura.

Esta fase em que o Brasil vivenciou a educação profissional não formal, também contou com iniciativas do movimento dos trabalhadores, associações comunitárias, movimentos sociais, etc. No entanto, essas iniciativas são menos relatadas na história, pois a ênfase é dada para educação formal.

Após a chegada da família real portuguesa em 1808, os primeiros indícios governamentais em direção a educação profissional data de 1809 quando um Decreto do Príncipe Regente, D. João VI, criou o Colégio das Fábricas, o qual foi o primeiro estabelecimento instalado pelo poder público, com objetivo de atender à educação artistas e aprendizes vindos de Portugal. Posteriormente, no ano de 1816, ocorreu a criação da atual Escola de Belas Artes, com o propósito de articular o ensino das ciências e do desenho para os ofícios mecânicos (MEC, 2000).

A mudanças na educação profissional decorreram da chegada da família real e o aumento do domínio inglês sobre Portugal, gerando diversos conflitos, como em 1817, no Estado Brasileiro temos a Revolução Pernambucana atrelada aos primeiros indícios dos Movimentos Iluministas no Brasil, que combinavam com a ideia de que a liberdade

comercial iria ser benéfica a todos, pois os senhores rurais e homens livres lutavam contra os altos impostos estatais.

No Brasil, as ideias liberais chegaram no início do século XIX, tendo maior influência a partir da Independência de 1822, no governo de D. Pedro I. Para Costa (1999), o liberalismo brasileiro só pode ser entendido com referência à realidade brasileira. Os principais adeptos foram homens interessados na economia de exportação e importação. Ansiavam por manter as estruturas tradicionais de produção, libertando-se do jugo de Portugal e ganhando espaço no livre-comércio. Esta elite tentava manter as estruturas sociais e econômicas. Após a independência, os liberais tentavam ampliar o poder legislativo em detrimento do poder real.

No entanto, é relevante destacar que as ideias iluministas surgiram com os pensadores iluministas do século XVIII, como John Locke e Montesquieu, que tentaram estabelecer os limites do poder político ao afirmarem que existiam direitos naturais e leis fundamentais de governo que nem os reis poderiam ultrapassar sob o risco de se transformarem em tiranos.

Nestes termos, no pensamento de Locke “o homem acumula riquezas como proveniente do seu trabalho, e assim surgem ricos e pobres, cuja justificativa ocorre em função da capacidade individual de cada um em constituir riqueza”. Além disso, tal autor defende um estado dividido em poderes, cuja função é a garantia dos direitos e da liberdade do cidadão. Uma das críticas à sua teoria deriva do fato de fazê-la “proprietário de bens para ser cidadão”, e poder de governar tão somente é garantido aos detentores de riquezas.

Durante o período Imperial, no governo de D. Pedro II existia a formação de dois grupos políticos distintos no Brasil: liberais e conservadores. Os primeiros defendiam um sistema de educação livre do controle religioso, uma legislação favorável à quebra do monopólio da terra e favoreciam a descentralização das províncias e municípios. Os conservadores opunham-se a essas ideias. Todo o período imperial foi marcado por tensões e conciliações entre os dois grupos. Vários conservadores passaram para o lado liberal e como também vários liberais foram responsáveis por fundar o Partido Republicano no final deste período.

Em 1854, o Decreto Imperial cria casa para menores abandonados, chamados de Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos, os quais foram instituídos pelo Decreto N°

5.532 de 24/01/1874, onde aprendiam as primeiras letras, encaminhados às oficinas públicas e particulares, fiscalizados pelo Juizado de Órfãos. Outras sociedades civis foram criadas para amparar os órfãos e promover instrução teórica e prática: Liceus de Artes e Ofícios, dentre os quais os do Rio de Janeiro (1858), Salvador (1872), Recife (1880), São Paulo (1882), Maceió (1884) e Ouro Preto (1886) (MEC, 2000).

Na primeira metade do século XIX, período da história do Estado Brasileiro marcado pelo desenvolvimento do comércio internacional, a crise do regime escravocrata, o surgimento do período financeiro culminado pelas empresas comerciais industriais, foram acontecimentos que resultaram em 1861, através do Decreto Real nº 2.741 no governo de D. Pedro II. O desenvolvimento do ensino da contabilidade por meio do curso denominado Instituto Comercial do Rio de Janeiro, divididos em curso preparatórios e outro profissional, cujos diplomados tinham preferência no preenchimento de cargos públicos das Secretarias de Estado (MEC, 2000).

Tal curso possuía vícios, tais como as excessivas exigências documentais e informações, como pré-requisitos para ingressar nesse curso, o que dificultava o ingresso, acarretando ainda mais a desigualdade social e a divisão de classes.

A história política de centralização e descentralização no Brasil, passou por vários ciclos de acordo com Peroni (2003): de 1820 a 1870 com a centralização do poder, com Estado imperial de defesa da escravidão, com regime político parlamentar excludente. A partir de 1870 houve descentralização com o declínio da Monarquia, e em 1889 com a Proclamação da República, o final do período imperial e um ano após a abolição legal do trabalho escravo no país, resultando em uma economia acentuadamente agrário-exportadora, com predominância de relações de trabalho rurais pré-capitalistas.

Peroni (2003) afirma que houve a descentralização, com a política de governo Campos Salles de 1898 - 1902, com a supremacia de São Paulo e Minas Gerais, cada estado era dirigido por seus próprios governadores. Porém, não era efetivamente uma descentralização, pois quem deteve o poder nesse período da República Velha (1889-1930) na Política do “Café com leite”¹ foi a Oligarquia Estadual.

¹ Acordo firmado entre as oligarquias estaduais e o governo federal durante a República Velha para que os presidentes da República fossem escolhidos entre os políticos de São Paulo e Minas Gerais.

No início do século XX, entre 1902 e 1920, período da história em que os movimentos sindicais dos operários brasileiros pregavam ideários anarquistas em que a educação era o caminho para formação de “novas mentalidades e ideais revolucionários”. A educação profissional de caráter formal no Brasil registra-se atos destinados a amparar órfãos e outras pessoas em situação de vulnerabilidade social, caracterizando uma política assistencialista marcada na história. Porém, a real intenção da educação profissional formal era atabafar os ideais revolucionários promovidos no interior dos movimentos sociais.

Deste modo, temos a gênese da educação profissional atrelada a uma política assistencialista que atendia ao menor abandonado, logo por trás de uma política de Estado havia a formação de operários para o trabalho profissional, garantindo a posição das elites no poder e a classe operária fora dele.

Historicamente, as políticas educacionais em nosso país não favoreceram alunos das classes de trabalhadores, para que possam concluir a educação básica de forma integral. Assim, as diferenças de classes foram se alargando em forma de desigualdade e exclusão social, resultando em um grande contingente da população que vive em situação de pobreza, que não conclui a trajetória escolar e nem possui formação profissional qualificada.

Portanto, para caracterizar o Estado Brasileiro que historicamente luta por uma educação igualitária e de qualidade adotamos o conceito de Antônio Gramsci (2000) o qual afirma que o Estado é composto pela sociedade civil e sociedade política, ou seja, a sociedade civil gramsciana é permeada pelos conflitos das classes sociais. Assim, enquanto uma sociedade política as classes exercem poder de dominação por meios dos aparelhos coercitivos do Estado, na sociedade civil o poder é intermédio de uma relação hegemônica, construída pela direção política e pelo consenso (SOUZA, 2015).

Gramsci (2000) avança as discussões ao afirmar que o Estado é um aparelho um instrumento ideológico, que não representa interesses universais, mas particulares. Nele, a noção de hegemonia propõe uma nova relação entre estrutura e superestrutura e tenta se distanciar da determinação da primeira sobre a segunda, em que a sociedade civil aparece como constitutiva das relações com uma possível tomada do poder.

Muller e Surel (2002) destaca que a análise do termo política pública perpassa por um caráter polissêmico, envolvendo a esfera política, atividade política e ação pública.

Logo, não é um recorte que privilegia certas atividades, mas sim a interrogação do funcionamento da democracia, partindo da dimensão técnica da ação pública e o papel do cidadão na tomada de decisão.

A participação da sociedade fortalece o processo decisório, fazendo refletir suas opiniões, gerando responsabilidade do Estado e Sociedade Civil, em alguns casos a contribuição é indireta expressa pelos dirigentes escolhidos pela população para tomar decisões que vincula toda sociedade.

No Brasil a formação do estado nacional, teve sua origem em elementos própria ideológicos de formação social e viveu um capitalismo tardio, decorrente da colonização do país por uma metrópole decadente. A burguesia agrário-mercantil brasileira, historicamente, fez acordo com os portugueses, estabelecendo relações amigáveis e garantindo a produção escravista para os cultivos monoculturas (SOUZA, 2015).

O ensino profissional passou a ser atribuição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, em 1906. Constituindo-se, então, uma política de incentivo ao desenvolvimento do ensino industrial, comercial e agrícola. A Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado em São Paulo, e escolas comerciais públicas no Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, entre outras, foram instaladas com o propósito de atender ao ensino comercial (MEC, 2000).

A resignificação na educação profissional a partir da visão capitalista levou aos processos de mudanças, nas diversas áreas de atuação do ser humano – na área social, econômica, política, cultural, educacional, etc. – derivando a uma adequação às novas demandas.

Portanto, em face da globalização e as mudanças no processo de trabalho capitalista, a cada fase da história se exige mais do trabalhador, decorrente das mudanças no padrão de uso do trabalho e acentuando a exigência por qualificação, nas características tanto quantitativas quanto qualitativa no setor industrial (CARVALHO, 1992).

De acordo com Frigotto (2001) as mudanças na educação profissional derivada do processo de globalização, o qual está relacionado ao sistema educacional à mão de obra qualificada, possui o intuito de atender as necessidades de produção para o mercado. Porém, essa formação técnica não era suficiente, já que o trabalhador necessitava de uma

consciência crítica para atuar no mundo do trabalho, para o qual deveria refletir em situações complexas que envolvem sua atuação.

Nesse sentido, Kuenzer (1997) apresenta as características de um novo trabalho, formado para ser criativo e tomar decisões, no âmbito de sua ocupação na empresa. Essa nova interface sobre as características do trabalhador também resultou em uma educação que objetivava qualificar para trabalho, principalmente os adolescentes e crianças pobres.

Complementa Gentili (1996) afirmando que essa mudança no processo de ensino proposta pela administração pública, constituindo uma política pública de educação profissional comprometida com a formação específica para o trabalho. Todavia, esse movimento política não considerava o ser humano com necessidade de saberes críticos sociais.

Portanto, temos uma trajetória histórica de luta da classe trabalhadora por uma educação profissional de qualidade e igualitária. Alguns avanços relacionados a política de educação profissional foram alcançados, porém o real objetivo ainda perdura na formação para o mundo do trabalho com o objetivo de atender o Capitalismo e consequentemente a produção para o mercado consumidor.

ORIGEM DOS INSTITUTOS FEDERAIS

As instituições que formam hoje a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica são originárias grandes partes, das 19 escolas de aprendizes artífices instituídas pelo Decreto presidencial nº 7.566 de 1909, assinado por Nilo Peçanha em 23/09/1909. Este contexto foi o ponto de partida para criação da rede federal de educação profissional, pois nesse período a Oligarquia apresentava sinais de decadência, assim Nilo Peçanha consegue efetivar o Ensino Técnico Profissional.

Em 1930 inicia a “Era Vargas” e estas instituições passaram a serem supervisionados pelo Ministério da Educação e Saúde Pública. Em 1937, as instituições são transformadas em liceus profissionais e o ensino profissional se torna de fato obrigatoriedade das indústrias e dos sindicatos, através de sua introdução na Nova Constituição de 1937. Temos assim, a reprodução de mão de obra, divisão social do trabalho e da ideologia dominante, consolidando a estrutura de classes (GADOTTI, 2012, p. 130).

Em 1942, os liceus passam a serem chamadas Escolas Industriais e Técnicas, devido a Lei nº 4.073 de 30 de janeiro de 1942, que trata sobre o ensino industrial, as bases e organização e de regime industrial.

O período da Era Vargas (1930-1945) foi marcado pela centralização do poder eliminando os órgãos legislativos (federal, estadual e municipal) por meio da anulação da constituição de 1934. Vargas, perseguiu seus oponentes e desarticulou o movimento comunista brasileiro. Ele conseguiu anular a nova eleição presidencial que deveria acontecer em 1937 censura aos meios de comunicação, reprimiu a atividade política, perseguiu e prendeu seus inimigos políticos, adotou medidas econômicas nacionalizantes e deu continuidade a sua política trabalhista com a criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), publicou o Código Penal e o Código de Processo Penal, todos em vigor atualmente. A partir daquele ano, Getúlio passou a governar com amplos poderes, inaugurando o chamado Estado Novo.

Com o fim da Era Vargas no Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) trouxe avanços na indústria automobilística. Assim, em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas passam a serem Escolas Técnicas Federais e são configurados como autarquia.

Perpassando pelo período da ditadura militar no Brasil, Manfredi (2002) destaca criação do Programa Intensivo de Formação de mão de obra (PIPMO), o qual em convênios com SENAI e as escolas técnicas da rede federal promoviam qualificação profissional através de cursos práticos e operacionais para atender as demandas dos grandes projetos na área petroquímica, mineração e agropecuária. Com isso, as empresas desenvolviam projetos de formação profissional para se beneficiarem da Lei 6.297 de dezembro de 1975, pois receberam incentivos fiscais.

Esse decreto foi o ponto de partida para criação da rede federal de educação profissional, a qual, no seu percurso histórico, passou por diversas transformações até chegar às Escolas Técnicas e posteriormente ao Centro Educacional de Educação Tecnológica – CEFET baseado na Lei Nº 6.545 de 30 de junho de 1978.

Assim, a formação do Estado brasileiro é marcada pelas relações sociais de exploração, de forma manipuladoras por meio de coerção e violência, em que camadas da sociedade ficam de fora das decisões políticas.

No período da Nova República no governo eleito em 1994 de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), dentro da perspectiva neoliberalista, o mesmo apresentou um plano

de reforma do Estado Brasileiro, conhecido como Reforma Gerencial (1995), para efetivar tais mudanças criou o MARE (Ministério da Administração e Reforma do Aparelho do Estado). Assim, o Estado torna-se Estado-empresa ou Estado-gerencial, atrelado à proposta neoliberalistas em curso com América Latina (SOUZA, 2015).

Desta forma, o documento refere-se a três tipos de administração, patrimonialista, burocrática e gerencial, explicadas a seguir:

Para a execução das decisões a sociedade depende do controle hierárquico, que poderá ser gerencial (racional), burocrático (racional-legal) ou tradicional. Weber definiu com clareza os dois últimos tipos de poder hierárquico. O controle tradicional corresponde, na administração do Estado, ao patrimonialismo; o controle burocrático, à administração pública burocrática, em que os objetivos e os meios mais adequados para atingi-los são rigidamente definidos na lei [...] (SILVEIRA, 2006, p. 29).

Já a administração pública gerencial surge na metade do século XX, tendo por princípio a busca de resultados, mas não só a execução de rotinas. Conceitos novos, não bem trabalhados ou conhecidos nos órgãos públicos, à época, passaram a ser incorporados no cotidiano administrativo, tais como planejamento estratégico e as carreiras típicas de Estado. Defendem, assim, uma reforma gerencial da Administração Pública cuja como meta principal é acabar com a ineficiência estrutural da administração pública burocrática. Assim, verifica-se a necessidade de substituição do modelo burocrático, ineficiente, pelo modelo gerencial, eficiente e voltado para o interesse público (PEREIRA, 1999).

No documento previa-se a publicização, ou seja, transferir para setor público não estatal os serviços sociais e científico que hoje o Estado presta. A terceirização que é transferir para setor privado serviços auxiliares ou de apoio (PEREIRA, 1999). Assim, o Estado continua responsável pelos direitos básicos de saúde e educação, executando-os por intermédio de organizações públicas não estatais competitivas.

Nesse contexto de conflitos no Estado no Governo do Fernando Henrique Cardoso (1995-1999) em 1999, o CEFET passa a oferta, além dos cursos técnicos profissionalizantes, os cursos superiores de tecnologia. Este Centro estava comprometido com o desenvolvimento regional, na consolidação da identidade e das necessidades e exigências políticas, socioeconômicas, culturais e tecnológicas do Estado. Assim sendo, referência educacional, científica e tecnológica no Estado e na região.

Em seguida no Governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2007), o qual anteriormente era líder sindical, percebemos sinais visíveis de expansão da Educação para todas as classes e especificamente expansão da Política de Educação Profissional. Assim, Através do Decreto nº 5.224 de 1º de outubro de 2004, os Centro Federais de Educação Tecnológica – CEFET legítima sobre sua organização, porém os mesmo foram criados mediante a transformação das Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais, nos termos da Lei nº 6.545 de 30 de junho de 1978, Lei nº 7.863/89, Lei nº 8.711/93 e Lei nº 8.948/94, constituindo-se autarquias federais vinculados ao Ministério da Educação.

As mudanças para consolidação dos Institutos Federais em 2008 possuíam o intuito de verticalizar Educação Profissional, oportunizando avançar de forma significativa, uma proposta desafiadora para cumprir a demanda da política pública o qual é definida na Lei nº 11.8992/2008, de criação da Rede Federal:

[...] Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas [...] (BRASIL, 2008, p. 01).

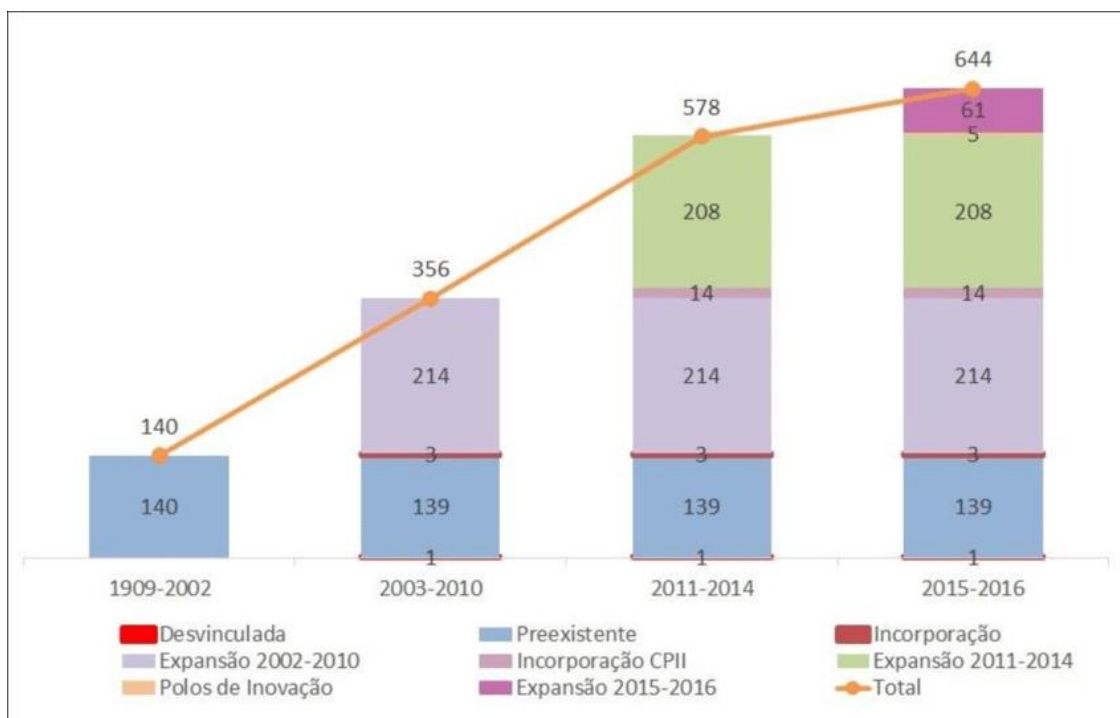
As transformações ao longo do tempo ocorreram de forma acelerada, de acordo com os dados do SETEC / MEC (2017) existem 3 fases do plano de expansão. A Fase I destaca a prioridade inicial, marcada no Governo do Nilo Peçanha, que foi a construção de escolas em unidades da federação ainda desprovidas destas instituições, como Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, além da instalação de instituições federais de educação profissional nas periferias de grandes centros urbanos e municípios do interior. De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país.

No período em que se vivia um Governo Popular, o Governo do Presidente Lula, houve uma das maiores expansões da Educação Profissional em uma segunda fase, iniciada em 2007, a SETEC / MEC estabelece como meta a criação, em quatro anos, de mais 150 novas instituições federais de educação tecnológica no marco do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica. As instituições foram distribuídas nos 26 estados e no Distrito Federal, contemplando 150 municípios (Figura 1) diferentes

escolhidos pelo próprio MEC e mediante manifestação de interesse por parte das prefeituras municipais.

No Governo de Dilma Rousseff (2011-2015) a qual é economista de formação e socialista por definição ideológica, ocorre a terceira fase de expansão da Rede Federal, iniciada em 2011, estabeleceu um projeto de criação de 208 novas unidades até 2014, permanecendo o propósito de superação das desigualdades regionais e na viabilização das condições para acesso a cursos de formação profissional e tecnológica como ferramenta para melhoria de vida da população. Assim até 2016, o Ministério da Educação concretizou a construção de mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 campi em funcionamento (Figura 1).

Figura 1 – Quantidade de unidades resultantes da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica



Fonte: Ministério da Educação (2017).

Como resultado, a expansão e interiorização das instituições federais de EPT partiram, em 2002, de um total de 140 unidades chegando em 2018, a 659 unidades em todo o país, das quais 644 já se encontram em funcionamento. Isto representou a construção de mais de 500 novas unidades, quantitativo maior do que o previsto nas três

fases (que totalizava 400 novas unidades). Resultado expressivo de Governos Populares de Lula e Dilma (MEC, 2017).

Em 2018, a Rede Federal é constituída por: 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), 23 Escolas Técnicas vinculadas às universidades federais, e o Colégio Pedro II. Considerando os respectivos *campi* associados a estas instituições federais, tem-se ao todo 661 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do país (MEC, 2019).

Assim, os *campi* em todos os estados oferecem cursos de nível médio integrado e subsequente, cursos superior de tecnologia, licenciaturas, bacharelados e ofertam pós-graduação em programas de *lato e stricto sensu*. Também atuam no desenvolvimento de atividades de pesquisa, extensão e inovação científica e tecnológica, estimulando atividades de pesquisa aplicada a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo.

Com isso, temos a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica como uma organização política das instituições federais de educação profissional e tecnológica, a partir da Lei nº 11,892/2008, mesmo ato que culminou na criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Portanto, após diversas lutas populares, o Estado propõe prioritariamente garantir o ensino profissionalizante para diversas classes, partindo da demanda local para criação de cursos que promovam o desenvolvimento econômico e social.

As instituições da Rede Federal seguem as determinações da Lei nº 12.711 de 2012, com a reserva de 50% das vagas a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, sejam matriculados em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Ainda, metade delas é voltada para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita; 20% das vagas para as licenciaturas e/ou formação de professores; e 30% para outros.

Portanto, são também de responsabilidade das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (IFs) a implantação de programas de educação de jovens e adultos, conforme previsto no Decreto nº 5.840/2006, de criação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos (Proeja). A oferta nessa modalidade pelos Institutos

deve alcançar pelo menos 10% do total das vagas de ingresso da instituição. Esta meta do Proeja contribuiu para o atendimento de um dos objetivos dos IFs estabelecidos em sua lei de criação (Lei nº 11.892/2011) de atender ao público da educação de jovens e adultos nesta forma integrada de oferta.

DESMONTE DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

No ano de 2016 após impeachment de Dilma toma o Governo ilegítimo e golpista com Vice Michel Temer, daí inicia-se a precarização e os desmonte político social da Rede Federal de Educação Profissional. O fechamento de uma unidade do Instituto Federal de Brasília no dia 28/03/2018 um dos exemplos dessas ações que impossibilitam milhões de jovens de fazer a mudança na vida deles. Contudo, a real intenção desse governo é vender a política de educação, pois afirmam que manter os IFs é muito caro, assim abrindo espaço para privatização precarização e de baixíssima qualidade.

Os IFs são política de educação profissional pautada na luta popular que mudou a vida e muitos brasileiros, por meio dessas instituições centenárias, que desenvolvem educação pública de qualidade, como todos os índices revelam, encontra-se hoje correndo o risco de extinção. Com isso, esperamos que o governo respeite a legislação a autonomia dos estabelecimentos e não interrompa essa Política em pleno desenvolvimento.

Todavia, a luta popular para manter os Rede Federal de Educação Profissional continua através dos diversos movimentos estudantis, sindicais e sociedade civil. Pois, o atual governo de Jair Bolsonaro vem mantendo os ataques aos IFs. Um dos grandes exemplos foi a afirmação do Ministério da Educação no dia 30/04/2019, que o bloqueio de 30% nas verbas das Instituições de Ensino Federal iria valer para todas as Universidades e todos os Institutos.

De acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), o contingenciamento atingiu 20% da verba para custeio (ou seja, serviços de manutenção, limpeza, segurança, entre outros), e 90% da verba de investimento (custos de uma obra, reforma ou construção, por exemplo).

De fato, as instituições federais, em períodos distintos de sua existência, atenderam a diferentes orientações de governos. Em comum, a centralidade do mercado, a hegemonia do desenvolvimento industrial e um caráter pragmático e circunstancial para

a educação profissional e tecnológica. No entanto, é necessário ressaltar, neste contexto, uma outra dimensão associada à rede federal de educação profissional e tecnológica e que diz respeito à competência de instituições de tecerem em seu interior propostas de inclusão social e de construir “por dentro delas próprias” alternativas pautadas nesse compromisso, definidas pelo seu movimento endógeno e não necessariamente pelo traçado original de política de governo.

Portanto, mais que tudo, a decisão de estabelecer os Institutos Federais como política pública representa trabalhar na superação da representação existente (de subordinação quase absoluta ao poder econômico) e estabelecer sintonia com outras esferas do poder público e da sociedade, na construção de um projeto mais amplo para a educação pública, com singularidades que lhe são bastante próprias, passando a atuar como uma rede social de educação profissional e tecnológica. Na compreensão de seu trabalho coletivo, os Institutos Federais reúnem, da diversidade sociocultural, princípios e valores que convergem para fazer valer uma concepção de educação profissional e tecnológica em sintonia com os valores universais do homem, daí a importância de assegurar, nos Institutos Federais, o lugar da arte e da cultura.

BENEFÍCIOS DO INSTITUTO FEDERAL NO PARÁ

São mais de cem anos atuando na formação de profissionais cidadãos, e nesse mais de um século trabalhando com educação, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), constatamos que mudanças ocorreram no decorrer da história o que fez os Institutos crescer e expandir ainda mais a oferta de ensino de qualidade. A educação profissional iniciou com uma proposta assistencialista, atualmente, trata-se de uma Instituição de Ensino Técnico, Superior, Profissional, Pluricurricular e Multicampi, agregando, em um só lugar, o ensino técnico, a graduação e a pós-graduação.

Apoiado no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, o IFPA vem gerando conhecimento, transferindo tecnologia, formando cidadãos profissionais e éticos. Demonstrando ser uma instituição de responsabilidade social que contribui para o desenvolvimento local e regional. Em mais de cem anos de atuação, o IFPA vem fazendo parcerias nacionais e internacionais com base na conjugação de conhecimentos técnicos

e tecnológicos. Atualmente, o Instituto está presente em mais de 70% do estado do Pará, através de 17 campi e 1 campus avançado, espalhados pelo território paraense (MEC, 2019).

No pilar Ensino, o IFPA oferta um variado leque educacional. Ao todo, são 45 cursos técnicos, 12 graduações tecnológicas, sete bacharelados, 11 licenciaturas, 33 especializações e quatro mestrados profissionais, comprovando a verticalização promovida pelo Instituto. Os cursos técnicos são estruturados de três formas: Integrada regular, opção para o aluno que concluiu o ensino fundamental; Integrada na modalidade EJA (educação de jovens e adultos) para maiores de 18 anos e para adultos que já tenham concluído o ensino fundamental e Subsequente, para quem já concluiu o ensino médio (MEC, 2019).

De acordo com o MEC (2019), o IFPA atinge grande parte do Estado, levando Graduação para 3.437 alunos, Pós-graduação para 662 estudantes e Ensino Técnico para 9.485 discentes, sendo 3.856 para cursos subsequentes e 5.629 para cursos integrados ao ensino médio. Há ainda formação complementa, com 219 alunos, cursos a distância pela Rede E-Tec com 486 alunos. Assim, atualmente são 14.361 pessoas formadas pelo IFPA.

Um dos pilares que fortalece os campi do IFPA é a pesquisa como experiência científica para os alunos de cursos técnicos integrados ao ensino médio. Em 2018, registrava-se em todos os Campi, 128 Grupos de Pesquisa, nas áreas de Ciências Sociais, Humanas, Exatas e da Terra, Agrárias, Biológicas, além de Engenharias e Linguísticas, Letras e Artes. Há também 52 bolsistas no atual ciclo 2018/2019 que recebem recurso do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), desses, 33 estão no curso técnico integrado ao ensino médio e são provenientes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) (MEC, 2019).

Uma das formas da atuação dos Institutos é atravessar os muros e levar conhecimento para as comunidades externas do entorno dos Campi. Esse é papel da Extensão, terceiro pilar que sustenta o IFPA. Em 2018, o Programa Institucional de Auxílio às Atividades de Extensão (Proextensão) executou 208 projetos, envolvendo um total de 831 discentes nessas ações, colaborando para o crescimento e desenvolvimento econômico das regiões onde atua.

A atuação de servidores, entre docentes e técnico administrativos em educação (TAE), são os responsáveis por somar esforços para educação tecnológica funcionar e

atravessar os muros e levar conhecimento para as comunidades externas do entorno dos Campi. Ao todo, são 2.683 famílias que, direta e indiretamente, são beneficiadas pelo emprego e renda gerados pelo Instituto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, temos que continuar discutindo e fortalecendo os estudos sobre as Políticas Públicas em Educação nos diversos territórios. Para assim, forma os jovens a se juntarem a nos por uma ação pública efetiva que lute pela garantia do direito por uma educação digna e de qualidade, que nada mais é, garantir o que está posto na Constituição de 1988. Pois a educação pública é direito de todos e dever do Estado.

Logo, esse discurso apresentado sobre a trajetória histórica da Política de Educação Profissional no Brasil, destacando o papel do Estado e primordialmente o papel da sociedade frente à ação pública para garantia de direitos à educação.

Compreendemos que o Estado constantemente buscou apenas atender as necessidades do capitalismo e a sociedade sempre lutando para garantir seus direitos. Assim, quando assume o poder um Governo Popular de Lula e Dilma conseguimos visualizar a expansão na Educação Profissional.

Todavia, nos próximos Governos até chegar ao atual, o que percebemos são enfraquecimento e tentativas de privatização da Rede Federal que hoje é centenária, avançou tanto em termos de ensino, pesquisa e extensão porém, as tentativas desmontem, através dos cortes e fechamentos de Unidades continuam a nos rodar.

Portanto, este texto também possui a tentativa de mostrar a sociedade as mudanças ocorridas no decorrer da história em relação as Políticas de Educação Profissional. A qual, só poderá se manter de forma Públicas se a sociedade civil se unir e continuarmos lutando pela efetivação de nossos direitos como sempre foram feitos no decorrer da história do Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008.

_____. Ministério da Educação. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Disponível em: <http://bit.ly/2MJLlcv>. Acesso em: 04 abr. 2019.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução Nº 06, de 20 de setembro de 2012. Define **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Disponível em: <http://bit.ly/311Uyf9>. Acesso em: 27 maio 2018.

_____. Ministério da Educação. **Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico**. Brasília. 2000. Disponível em: <http://bit.ly/2Yk8Uzy>. Acesso em: 27 maio 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. AliceWeb. **Sistema de Análise das Informações de Comércio exterior**. Disponível em: <http://bit.ly/2yvUz3H>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). **Guia MédioTec**. Brasília. 2017. Disponível em: <http://bit.ly/33hMduG>. Acesso em: 28 set. 2018.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa nº 46, de 27 de outubro de 2005. **Diário Oficial da União**. Gabinete da Ministra. Brasília, 2005. Disponível em: <http://bit.ly/2MzBeGY>. Acesso em: 10 mar. 2013.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa nº 46, de 27 de outubro de 2005. **Diário Oficial da União**. Gabinete da Ministra. Brasília, 2005. Disponível em: <http://bit.ly/2MzBeGY>. Acesso em: 10 mar. 2013.

BRYAN, Newton Antonio Paciulli. **Educação, processo de trabalho, desenvolvimento econômico**: contribuições ao estudo das origens da formação profissional no Brasil. Campinas: Editora Alínea, 2008.

FRIGOTTO, Gaudencio. Educação, Crise do Trabalho Assalariado e do Desenvolvimento: Teorias em Conflito. In: _____. **Educação e Crise do Trabalho**: perspectivas de final de século. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Caderno do cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A Análise das Políticas Públicas**. Tradução de Agemir Bavaresco, Alceu R. Ferraro. Pelotas: Educat, 2002.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90**. São Paulo: Xamã, 2003.